

a) Um documento com uma **Abordagem Crítica ao Programa Preliminar,**

1. o universo

O desenvolvimento é, antes de mais, uma dinâmica de actores, resultante da relação entre grupos detentores de poderes desiguais. Entre as formas de organização social, a estrutura produtiva, o poder local e o próprio Estado, interpõe-se a região como espaço mediatizador, com conteúdos culturais e identidades específicas e como quadro de interacção.

A aceleração das mudanças tecnológicas sociais, geográficas e profissionais têm exigido uma atenção especial sobre as questões da identidade em geral. Integrada num movimento contestatário, desenvolve-se hoje, particularmente, a problemática da identidade regional em oposição a uma razão pretensamente "universal" imposta pela tecnocracia.

Tem sido, aliás, nas regiões periféricas que mais se afirmam as reivindicações identitárias com base num mundo cultural que proporciona ao actor uma autonomia fundamental. Muitas vêm esvaziar-se do seu suporte demográfico, económico e financeiro, com uma crescente dependência política e institucional onde a sua cultura tende a ser abandonada ou transformada em folclore local.

Neste contexto, impõe-se sublinhar a importância do espaço na sua íntima relação com a luta dos homens pelo controle desse mesmo espaço. Trata-se da importância do espaço vivido enquanto espaço apropriado pela população como quadro de referência como espaço familiar. A noção de território, e o sentimento de pertença a ele referenciado, é uma força insubstituível nas dinâmicas de desenvolvimento local.

Conhecemos hoje a falência de muitas das estratégias de desenvolvimento implementadas a partir dos modelos de planeamento. Por outro lado, se partirmos do pressuposto que é imperioso ultrapassar as visões mais economicistas e tecnocráticas, e assumirmos a perspectiva do desenvolvimento endógeno e "de baixo para cima", somos confrontados com o peso da ausência de receitas infalíveis. Não sabemos, de facto, como se faz o desenvolvimento...

Pensamos, no entanto, que o desenvolvimento é um processo de aprendizagem colectiva ao nível local. Uma vez nascido o embrião de uma sociedade que se reconhece como é, em crise de sobrevivência, tende a afirmar-se a implicação dos cidadãos e a inovação, a partir da identificação dos indivíduos exactamente com o seu território.

No caso concreto do Plano em estudo, parece-nos tarefa difícil assegurar a solução "melhor adaptada e expressiva do conhecimento da realidade social económica e cultural" da aldeia da Luz, a partir da "procura da melhor solução urbanística e arquitectónica". O edificado é, certamente um elemento importante na apropriação do espaço pelos indivíduos. No entanto, a estratégia decisiva passará, certamente, pela melhor solução socio-económica e cultural local.

Ao afirmar-se que, "o objectivo principal do Plano reside, naturalmente, na concepção de uma nova Aldeia para os habitantes da Luz" pensamos que se parte de uma inevitabilidade técnica, em função da eliminação exaustiva de todas as restantes alternativas possíveis. Se as soluções técnicas e financeiras permitirem levantar a hipótese da manutenção da aldeia no território onde ela existe, seria importante questionar o naturalismo da opção apresentada pelo Plano.

Dever-se-à, pelo menos, questionar a capacidade de uma nova aldeia reflectir e manter vivos os "modos de vida, os costumes, os lugares de estar, ou os diálogos com a terra e com o sol" das gentes de uma aldeia outrora existente noutro(s) espaço(s), noutro(s) tempo(s), noutro referencial simbólico...Os exemplos de "aldeias fantasmas" são, de facto, muitos.

O Plano pretende "representar uma atitude e uma sensibilidade colectivas face aos problemas do desenvolvimento", e de se constituir como "um instrumento para o desenvolvimento de uma comunidade". A perspectiva de uma outra solução que não a do realojamento potenciaria, efectivamente, a rentabilização do Alqueva como suporte para a implementação de uma dinâmica de desenvolvimento integrado.

2. o contexto

Embora se conheçam as reservas de vária ordem postas ao empreendimento do Alqueva, tal como está em curso, a lógica da presente proposta não visa - nem tal faria sentido - discuti-lo, no todo ou em parte, ou sobre ele emitir juízos de valor, mas tão somente responder, pela positiva, a um dos problemas mais delicados que se deparam à sua execução. No caso, a solução a dar à Aldeia da Luz, que se prevê venha a ser coberta pelas águas provenientes da construção da barragem - objecto constituído do Concurso Público em que os signatários se integram.

O facto de, nesta proposta, se contrapor a permanência da Aldeia no território que hoje ocupa à sua reconstituição noutro lugar resultou unicamente do tipo de análise feito aos dados disponíveis e de se tomarem em conta as inúmeras vantagens que a primeira hipótese ofereceria em relação à segunda, sabendo-se quanto é difícil e contingente intervir tão profundamente na vida de uma comunidade humana enraizada, organizada e vista na conjunção dos seus múltiplos valores.

As perdas e os custos de toda a ordem que representaria intervenção tão radical num aglomerado habitado e com vida activa, ao transferi-lo para outro quadro de relações, é, portanto, o que a nossa proposta avalia e a que procurou solução alternativa e menos penalizadora, socorrendo-se de um avultado número de razões, que, a nosso ver, permite e aconselha manter a actual localização da Aldeia.

A rotura com o passado e a vivência presente - também com valores patrimoniais insuficientemente conhecidos - com todo um mundo de relações estabelecidas, afectando a população em geral e a vizinhança, o espaço adstrito, o meio físico envolvente, as referências históricas, ambientais e paisagísticas, e tantos outros aspectos, muitos deles específicos e particularmente sensíveis; essa rotura, dizíamos, é

antes de mais uma incógnita, nas suas consequências, porque dependente de uma avaliação global de uma realidade multifacetada.

Todos quantos - concorrentes ou juízes - são confrontados com valores desta natureza têm ideias próprias sobre a delicadeza dos problemas postos pela realocação de uma comunidade de homens vivos, a que é imposta uma nova imagem, não apenas física, mas, queira-se ou não, uma nova concepção de vida pessoal e de relação; o diálogo com uma terra diferente da que conheciam, percorriam e trabalhavam - nova nas coordenadas, nas aptidões, horizontes e memórias. Daí que uma reincursão por este domínio seja desaconselhada no âmbito desta análise, apenas enunciativa, dada a impossibilidade de se atingirem níveis de conhecimento satisfatórios. E que, em contrapartida, se atendam aspectos de ordem mais mediata que permitam pesar, comparar, contrapor e optar. Esta, quanto a nós, a saída possível, sem perder, todavia, a esperança de que a chamada de atenção deixe marca, ou seja, ao menos, entendida com a atitude que visa conciliar o espírito e o método.

Igualmente fugimos a avaliar, na sua justa medida, conceitos como "reajuntamento", "reinstalação" ou "continuidade de funções activas e de padrões de ocupação", tendo em conta o caso presente. Diferente seria se a transferência de pessoas e bens em análise resultasse de uma emergência incontornável, de uma catástrofe natural ou provocada por movimentos de populações em fuga, tal como acontece em cenários de violência. No caso presente, não temos dúvidas, desenha-se uma clara convergência de motivos favoráveis à permanência da Aldeia no lugar que ocupa, muito mais quando vistos em conjunto, ainda que alguns deles, por si só, apontassem para essa escolha.

Ora é, justamente, esse acúmulo de razões que nos dá, por assim dizer, o direito implicitamente, o dever - de propor a manutenção do aglomerado à sua transferência para outro local, por mais bem resolvida e acautelada que seja a operação, na certeza de que as vantagens decorrentes - e dando a devida importância às de ordem económica - podem oferecer (garantir!) um futuro melhor à Aldeia da Luz, livre de traumas de mudança.

Em capítulos próprios se explicitam os fundamentos técnicos e económicos, suportes da nossa proposta. Antes, porém, assinalemos outros aspectos importantes que caucionam a escolha feita.

1- Sem nunca pormos em causa a lógica do empreendimento do Alqueva, não esqueçamos os aspectos polémicos de que sempre se revestiu e contra ele congregou não poucas opiniões de técnicos da especialidade. Ora assim sendo, considera-se prudente admitir eventuais alterações ao projecto em curso, muito especialmente - e pelo que afecta o caso vertente, ao seu "nível máximo de exploração". Se tal viesse a acontecer, por acordos políticos, correcção de parâmetros técnico-económicos ou alterações determinantes das condições naturais - hipóteses não desprezíveis num projecto cuja materialização se dilata no tempo -; se, por uma qualquer indesejada eventualidade, a cota de implantação da Aldeia da Luz não fosse atingida pela subida das águas, as vantagens da sua permanência no mesmo local seriam indiscutíveis e cobririam uma multiplicidade de aspectos e economias que não é necessário encarecer.

2- A solução que propomos - há que tê-lo bem presente - não contraria nem dificulta qualquer dos propósitos do empreendimento do Alqueva, quando este der o projecto por concluído. Obrigando a um mero ajustamento na mancha do regolfo da barragem, vai revelar-se, em termos de planeamento urbanístico, numa solução conciliatória dos interesses em causa e, afinal, simplificadora, já que dela advêm múltiplas vantagens sociais e económicas. Representará, ainda, pela construção do dique em terra - peça fundamental desta figura - um interessante desafio técnico, no capítulo da engenharia hidráulica. Aproveitando condições naturais muito favoráveis, permite a integral preservação, não só da Aldeia e terrenos contíguos, como do significativo conjunto constituído pela Praça de Touros, Igreja e Cemitério, bem como de diversas courelas de apreciável valor agrícola.

3- O mencionado dique - que defenderá o aglomerado das águas do regolfo da barragem - integra-se no ciclo de colinas e cabeços existentes, desenvolve-se a urna distância muito favorável ao desenho do conjunto e deve entender-se (conceber-se) como potencial factor de enriquecimento do cenário envolvente da Aldeia, graças à diversidade permitida ao seu tratamento e coberto vegetal, na dupla vertente, e promitente abertura a novos interesses, designadamente de carácter turístico.

A construção de um açude entre os dois pólos da composição - centro construído habitado e o complemento lúdico-religioso de que falámos - será parte de um importante quadro de equipamento urbano, que aposta, simultaneamente, em elevar as condições de vida da população e em evitar acções de descaracterização, por forma a que a Aldeia da Luz mantenha, no essencial, os seus valores patrimoniais, a mesma relação entre construções, a circulação e os percursos tradicionais, a geografia, a paisagem e a terra de trabalho e produção. Não se esquecendo de que esta terra passará a ser cultivada em nítido benefício de meios, uma vez irrigada e servida dos melhores processos de exploração.

4- Avultam, assim, salvaguardadas, muitas das premissas que permitiriam manter, à Aldeia da Luz, a identidade e memória desejada - bens sem preço na riqueza da sua dimensão rural e urbana - bem como a qualidade social e cultural bebida nas suas raízes. Simultaneamente, os problemas de ordenamento e planeamento, de reconversão urbana e infra estruturação apareciam equacionados num quadro restrito e local, a urna escala de tratamento e resolução incomparavelmente mais simples do que no caso de urna transferência e repetição de modelo, insusceptíveis de repor um sentido/teor de vida, inexoravelmente ligado ao local e raízes determinantes na sua conjunção.

5- Em claro favorecimento do que se disse contará o acúmulo de economias, que a "solução-permanência" oferece em relação à "solução-transferência". Trata-se de um aspecto que, cobrindo outros, essenciais, contribuirá decisivamente para viabilizar, nas melhores condições, a nossa proposta, assegurando urna imagem dignificada da Aldeia, nas construções, caminhos, ambiente, paisagem, infra-estruturas, equipamento, mobiliário urbano, exploração da terra e comunicações com o exterior.

Está fora de questão, como se demonstrará em lugar devido, que o investimento, sem dúvida vultoso, exigido pelo sistema de segurança – dique, bombeamento de águas, etc.-seja comparável à soma das múltiplas parcelas/espécies de custos a que obrigaria o realojamento noutra local. Permanecendo onde está, a Aldeia da Luz disporia,

portanto e para a sua valorização racional, de meios financeiros capazes de a transformar num caso modelar, nos mais diversos sectores; de a tornar um centro francamente atractivo para os seus habitantes favorecendo o revigoramento da população e, bem assim, das suas actividades tradicionais, bem como a introdução de outras, de que hoje está carecida. Capaz portanto de usufruir de uma qualidade de vida, extensiva aos mais diversos aspectos.

3. o sítio e o programa

O oncurso pretende resolver o problema levantado pelo *Projecto do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva* no que respeita à subida do nível das águas, decorrente da baía de armazenamento da barragem a construir, e conseqüente submergir da povoação - Aldeia da Luz.

A proposta tomou como referência a realidade, nas suas vertentes, *social, económica e cultural* e, como tal, procurou ser *flexível*, mas também *objectiva*, sem deixar de ser *criativa*.

A simultaneidade de tais adjectivos justifica-se pela necessidade de, como se refere na *resolução do Conselho de Ministros na 395*: « (...) *Encarar um conjunto de soluções permitindo conciliar os interesses dos habitantes da aldeia e os interesses públicos, minimizando tanto quanto possível, os traumatismos necessariamente decorrentes desta situação.*» De igual modo atendemos aos problemas do desenvolvimento considerando o «*transcender os próprios limites de espaço, tempo e forma*» como um instrumento para esse fim.

O carácter abrangente e multifacetado da intervenção é reforçado no momento da integração do projecto no *Quadro comunitário* de apoio para 94/99, onde se refere:

« *a acção específica de reequilíbrio do programa de promoção de desenvolvimento regional.* »

A responsabilidade de um projecto desta envergadura discorre de, na complementaridade das suas vertentes, pretender trazer mais-valias efectivas à região e logicamente ao próprio país - tentando, deste modo, inverter as assimetrias e desequilíbrios hoje tão frequentes, nomeadamente entre litoral e interior ou entre norte e sul, em aspectos vitais como a fixação da população e o seu conseqüente bem-estar.

Esta vertente, assume maior acuidade quando se prevê - no âmbito de estudos de impacte levados a efeito: «*O agravamento da incapacidade natural da inversão do processo de decréscimo populacional ou ainda, «a manutenção da tendência para a desertificação populacional nas zonas do Alto e Baixo Alentejo.*»

Atendendo a estes valores, e respeitando o mais fielmente as intenções do plano, nomeadamente quando se afirma que a «*nova aldeia reflecta a sua história, mantenha viva as suas referências culturais, nomeadamente os modos de vida, os costumes, os lugares, o diálogo com a terra e sob) (e água)*, ou ainda a localização da aldeia se situará na «*zona envolvente da albufeira, permitindo o reordenamento da componente rural e procurando uma solução integrada para as infra-estruturas a criar*», avança-se com uma proposta que passa, **pela manutenção do aglomerado actual**, através da criação de um sistema de protecção.

b) Uma Memória Descritiva e Justificativa,

1. a proposta global

A presente Memória Descritiva não se refere, obviamente, a uma Nova Aldeia da Luz, opção que a presente proposta não contempla, mas sim à actual povoação, sua revitalização e seu reordenamento ambiental.

Nestes termos tem-se como principal objectivo definir uns quantos vectores em face de uma renovada realidade urbanística e paisagística decorrente das bases fundamentais em que assenta esta proposta.

Destacamos os seguintes pontos:

- Definição de um quadro de reequipamento urbano abrangendo não só as instalações existentes (escolas, jardim infantil, comércio, etc.) mas também a previsão de novos equipamentos tais como Museu; Campo de futebol; Pavilhão/Ginásio; Apoio náutico (particularmente favorável pela sua localização);

- Construção de um dique em terra destinado a conter as águas do regolfo da Barragem, salvaguardando a actual Aldeia da Luz e a sua área directamente envolvente;

- Construção de um açude, à cota 129 m, localizado entre a Aldeia e o conjunto da Igreja e Praça de Touros.

Este açude pelo facto de se situar a uma cota inferior ao "nível mínimo de exploração normal" (13 5 m) terá sempre um nível constante de água (o que não acontece com qualquer outra barragem) o que permitirá uma imagem de lago natural;

- Reordenamento paisagístico da Aldeia e sua envolvência imediata, com particular evidência no que se refere ao dique e ao açude;

- Revalorização da potência agrícola das courelas envolventes (ferragiais), propriedade dos habitantes da Aldeia da Luz, pela nova possibilidade de passarem a ser regadas;

- Revitalização ou criação de pequenas indústrias, com novas possibilidades de postos de trabalho, através fundamentalmente de agro-industriais (que requeiram significativos consumos de água) e de actividades artesanais.

De referir que em relação à criação destas agro-industriais, a Aldeia da Luz oferece uma localização particularmente favorável. De facto nenhuma povoação da zona de influência da Barragem de Alqueva apresenta condições resultantes da proximidade do nível da água pois a Aldeia da Luz (140 m) situa-se, (no caso mais desfavoráveis) apenas a 5 m acima do "nível mínimo de exploração normal" (135 m).

Em fase destas realidades naturalmente os aspectos referentes à "integração no espaço rural envolvente" e "solução ao nível do desenho urbano" se encontram em grande medida, e por si só, fora de questão.

Subsistirá, isso sim, a natural expansão do aglomerado, nas suas vertentes, habitacional de equipamento urbano e de infra-estruturas urbanísticas, face a novos incitamentos económicos, matérias estas que serão objecto dos correspondentes estudos, a quando da elaboração do respectivo Plano de Pormenor

2. a obra hidráulica

2.1 descrição geral

A solução proposta consiste na construção de um dique de aterro por forma a evitar a inundação da área da Aldeia da Luz, e da respectiva envolvente. Esta solução apresenta, como principais vantagens, evitar a inundação da Aldeia da Luz e da zona envolvente, incluindo as áreas agrícolas e, conseqüentemente, tornar desnecessário o realojamento da população. Na concepção da solução atendeu-se aos seguintes princípios:

- segurança;
- integração paisagística e ambiental.

A concepção do dique de aterro teve em conta as normas do Regulamento de Segurança de Barragens, nomeadamente o disposto no Decreto-Lei nº 11/90. Toda a zona abaixo da cota do coroamento do dique está salvaguardada de inundações com período de retorno até 1000 anos.

Em caso de rotura do dique, situação de baixa probabilidade na medida em que são satisfeitas todas as condições das Normas de Projecto do Regulamento de Segurança de Barragens e em que forem satisfeitas as Normas de Construção e as Normas de Observação, a inundação da área abaixo da cota da superfície livre da albufeira será significativamente mais lenta do que no caso do vale a jusante de uma barragem, permitindo, dada a cota da Aldeia da Luz, uma mais segura evacuação da população.

Acresce referir que, o facto de o dique ser construído em aterro, em caso de rotura, a inundação será relativamente mais lenta.

Do ponto de vista paisagístico, a construção do dique, com taludes muito suaves, permite inseri-lo na morfologia da área envolvente, caracterizada por vários cabeços arredondados. A localização de uma estrada ao longo do coroamento dos diques, com ligações intermédias, permitirá tirar partido das vistas panorâmicas sobre a albufeira de Alqueva, e assegurar um fácil acesso para manutenção e observação das obras.

2.2 descrição geral da solução

o dique será construído em aterro zonado, com núcleo argiloso ou, em alternativa, com membrana impermeabilizante em betão. O coroamento terá uma largura de 10 m, o que permitirá a implantação de uma estrada para manutenção e observação da obra, que servirá igualmente também como via panorâmica.

O dique terá os paramentos de montante e de jusante com declives de 3(H): 1(V), o que assegurará uma segurança adicional em termos de riscos de rotura. O paramento de montante será revestido com enrocamento, no caso da solução em aterro zonado. O paramento de jusante será revestido com vegetação herbácea e modelado por forma a integrar o dique nas formas de relevo existentes.

A cota do coroamento do dique foi fixada em 155 m, 1 m acima da cota do coroamento da barragem de Alqueva. Desta forma será assegurada a protecção da zona protegida, mesmo em caso de galgamento da Barragem de Alqueva, situação muito improvável.

O dique será constituído por dois corpos centrais, com alturas máximas de 35 m e de 23 m, e com comprimentos de coroamento de 650 m e de 220 m, respectivamente.

Será ainda necessário fechar pequenas portelas, com pequenos diques, cuja altura máxima não excede 5 m. Os materiais para a execução dos aterros serão explorados na zona a inundar pela albufeira, minimizando, assim, os impactes visuais associados à exploração de materiais.

Não serão criados órgãos de descarga de cheias, uma vez que a descarga de cheias será feita a partir dos órgãos principais da barragem. Será necessário, no entanto, assegurar a drenagem dos caudais da bacia hidrográfica das linhas de água interceptadas pelo dique.

A solução proposta irá evitar a inundação de uma área de 212 ha, reduzindo o volume de armazenamento da albufeira de Alqueva em 11 hm³, valor insignificante comparado com o volume útil da albufeira, inferior a 0,35%.

As principais características das obras são as seguintes:

- Volume total de aterro: 775 000 m³.

- Comprimento total do coroamento: 1925 m

- Cota do coroamento: 155 m

2.3 drenagem

A bacia hidrográfica das linhas de água interceptadas pelo dique tem 5,4 km² de área.

O comprimento da linha de água principal é de 4,2 km. O tempo de concentração, calculado pelo método de Temez, é de 33 min. Os caudais de ponta de cheia, calculados pelo método racional, são de 23 m³/s e 30 m³/s, a que correspondem períodos de retomo de 100 anos e de 1000 anos, respectivamente, e chuvadas críticas com intensidades de 34 mm/h e 45 mm/h. Os volumes de cheia, para as chuvadas com duração igual ao tempo de concentração, são respectivamente iguais a 183 000 m³ e

240000 m³ para os períodos de retomo de 100 anos e de 1000 anos.

Para assegurar a drenagem da bacia hidrográfica das linhas de água interceptadas pelo dique, será construída uma bacia de retenção de cheias que assegura o armazenamento do volume da cheia com período de retomo de 1000 anos, até à cota 134,5 m, para uma chuvada com duração de 12 horas, admitindo uma avaria da estação elevatória (para menores durações da chuvada, embora os caudais de ponta de cheia sejam superiores, os volumes de cheia são inferiores). Para esta cota não haverá problemas de inundação da Aldeia da Luz.

A estação elevatória será dimensionada para o caudal de 23 m³/s, para uma altura de elevação variável entre 15 m (para o nível mínimo de exploração da albufeira), e 24 m (para o nível de máxima cheia da albufeira). Serão utilizados dois grupos de elevação, mais um de reserva. A potência máxima dos grupos de elevação é, assim, de 2,7 MW.

A bombagem será feita a partir de um lago criado para efeitos paisagísticos, no fundo do vale, com nível normal à cota 127,5 m

3. a urbanística

Da forma como é moldada e fundamentada a proposta, ressalva-se o interesse na interação com o PROZEA (Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva) em particularidade no estabelecimento atempadamente de medidas preventivas para o lugar em virtude da nova situação da aldeia da Luz poder vir a gerar situações expectantes pela posição que poderá assumir em relação à Albufeira, tal como a sua associação às modificações físicas próximas que irão provocar as barreiras de contenção.

Sendo a aldeia um lugar bem preservado com muitos e interessantes registos da arquitectura do sul, deverá desenvolver-se um programa de continuidade dessa preservação através de instrumentos de planeamento que venham a regular novas expectativas até aqui postas de parte promovendo de igual modo o seu crescimento e preparação para outras dinâmicas eventuais como é por exemplo a actividade turística e toda as actividades complementares a esta.

Devendo essa preservação ser efectiva, não deve a mesma regular-se por parâmetros de "conservação" do conjunto mas sim a estimulação da sua sobrevivência e crescimento sustentado que seja enriquecedor e pólo de atracção de população contrariando a assimetria de concentração populacional actual perante uma esfera de actividades desejáveis.

Associado às acções de planeamento e salvaguarda do núcleo urbano deverá figurar um plano de zonamento que integre sectores passíveis de edificação cujo destino deverá de futuro ser mais definido tendo sempre como factor nuclear a aldeia.

As possibilidades e as novas condicionantes físicas como as "barreiras" e a relação que daí advém provocará no lugar e envolvente imediata atractivos e condições que se devem figurar como alternativas a explorar, pois a "nova" estrutura morfológica do conjunto tem com certeza possibilidades de gerar lugares de novas valias urbanas.

4. integração urbano - rural

Este critério aponta para a dinâmica que se pretende imprimir, no sentido dum "continuum" entre antigas e as novas vivências.

Neste sentido, e porque acreditamos na possibilidade de inverter o quadro profundamente pessimista que paira sobre a região, mormente o espectro de desertificação e abandono; entendemos que: não só é viável, mas essencial, dar um sentido global à resposta. É neste sentido que com ousadia, mas com naturalidade, nos atrevemos a defender, sob o risco de à partida tudo deitar a perder, a manutenção da **Aldeia da Luz como uma comunidade viva**, que mergulha as suas raízes num quotidiano pleno de vivências, interesses e cumplicidades e que, sem rupturas, pretende projectar-se, expandir-se e criar novos referenciais, de modo a permitir uma ancoragem às novas dinâmicas.

Esta posição permite ultrapassar aspectos de síntese programática tão restritivos e condicionantes (o que é vantagem de inegável valor) como: a opção de implantação; preceitos programáticos e tipológicos; delicados processos de expropriação e consequentes medidas de perequação; valores patrimoniais inapelavelmente perdidos; equipamentos públicos existentes; etc.; e avança no sentido de dotar a comunidade com as estruturas que lhe permitam transcender-se.

Estamos cientes de que a comunidade, teme a ruptura para com as referências intemporais que até aqui a têm regido, mas, e não sejamos ingénuos; anseia, - até pelas expectativas criadas - por significativas mais-valias, e olha o futuro, num misto de ansiedade e esperança.

Podemos - e devemos - questionar-nos se valerá a pena o esforço de manutenção de uma realidade - a aldeia - em troca de outra mais recente, elaborada e completa, porque feita de raiz. Na verdade, um "organismo" urbano é algo que resulta de um sedimentar de intenções, de um querer, de uma abnegação, de um porfiar, por parte de gentes que, ao longo de gerações vem conformando, num tempo de mobilidade imperceptível, uma realidade que, com toda a razão, considera sua, porque moldada pelos seus.

Quando falamos de património, de referências culturais, de autenticidade, de história, num sentido cumulativo - diacrónico se quisermos - é inegável o valor da intenção de preservar o modelo original, em detrimento de uma aproximação que - sem pretender negar o seu valor intrínseco - implica, como mínimo, uma perda, e mais não é (a julgar pelo documento de intenções) que uma reinterpretação de algo que - a todo o custo se quer recordar.

Assim, batemo-nos por uma nova realidade, que brote duma herança que nos foi legada de modo desinteressado, e se transfigure, no sentido de conciliar antigas e novas vivências; no despoletar oportunidades, que permitam fixar e atrair estratos mais jovens; e permitam à comunidade diversificar as suas actividades para assim se posicionar na linha da frente no agarrar de oportunidades, e assim inverter um processo velho de décadas.

5. perspectivação histórica, inovação urbanística e arquitectónica

De origens remotas, o povoado permite, ainda hoje, perceber através da sua morfologia, o modo como se processou a sua evolução.

O núcleo original, em posição sobranceira, denota no seu traçado orgânico e imbrincado, uma coesão que denuncia épocas em que as condicionantes climáticas

eram determinantes (pelo tipo de cultura e respectivos métodos de lavoura), ou fortes relações de vizinhança (sentido de interdependência), ou ainda, a importância da acessibilidade (proximidade de terras férteis, existência de linhas de água, povoações circundantes, etc.). Esta multiplicidade de factores grava no traço urbano original as suas intenções, que transparecem no seu carácter espontâneo e natural.

Crescimentos ulteriores obedecem a outras dinâmicas, que reflectem em traçados de carácter linear, a ocupação de lotes fronteiros às vias que, irradiando do núcleo original, se entendem pela baixa contígua (antigo rossio), e se dirigem a pontos essenciais do quadro de referência: Mourão, Estrela, ao conjunto constituído pela Igreja Paroquial, Cemitério e Praça de Touros e ainda ao rio Guadiana.

A organização urbana, resulta assim, da conjugação de um padrão de povoamento característico da região - a concentração populacional e da estreita dependência para com a envolvente - a rede de caminhos que sulcam o seu traçado.

A tipologia das habitações é modesta, de acordo com o carácter e a génese do aglomerado. Por norma, apresentam-se com um só piso e delimitam a rua por uma de duas maneiras: casa munida de pátio fronteiro à rua, oculto por muro (as mais antigas) ou, casa que ocupa a frente do lote, para onde deita as fenestraçãoes, e assim livra o espaço de tardez para complemento de actividades agrícolas.

A adequação ao lugar manifesta-se nos materiais empregues, nas técnicas construtivas e respectivas tipologias. Recorre-se aos materiais disponíveis localmente, às técnicas transmitidas de geração em geração, e à sua perfeita adequação às exigentes condições de um clima que se rege por significativas amplitudes térmicas.

Deste modo - e no que respeita às unidades construídas segundo as técnicas tradicionais - apresentam cobertura em telha (canudo), travamento em asnas de madeira e forro em tábua ou caniço. Excepcionalmente, em construções mais elaboradas, ou pela existência de mais um piso, recorre-se a abobadilhas cerâmicas com travamento em ferro. As paredes são em tijolo maciço, nomeadamente as interiores, ou de taipa. Estas, no caso de serem exteriores, assentam em fundações de alvenaria de pedra e são protegidas por caiação e soco pintado, para melhor resistirem às investidas dos agentes climatéricos. Os pavimentos são constituídos por lâminas de xisto (mais frequentes) ou por elementos cerâmicos.

As paredes exteriores apresentam espessuras generosas e vãos modestos, por imposição da natureza dos materiais empregues e por uma questão de inércia térmica.

As coberturas, de inclinação muito suave, apresentam duas águas ou, mais excepcionalmente, uma só.

A aldeia tem vindo a sofrer um processo de renovação, por substituição, utilizando-se técnicas construtivas hoje vulgarizadas: estrutura em betão armado e paredes de tijolo furado com reboco e pintura. A morfologia é semelhante e a implantação, como já se referiu, faz-se na frente dos lotes.

Pela descrição, depreende-se que o valor patrimonial advém do conjunto urbano, entendido como uma unidade; no modo como este se relaciona com a envolvente e na singularidade inscrita pelas marcas do tempo.

Este aspecto é particularmente evidente na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz; pelo insólito da sua localização, em lugar retirado, entre a comunidade e o rio, ali onde os elementos naturais adquirem uma feição de inquietude. A proximidade do cemitério,

no final de um percurso ascensional, onde a alvura do paramento se confronta com as silhuetas apontadas em verde luto dos ciprestes, revelando uma perfeita encenação do além Neste quadro de consagração, levantam-se cruzeiros que na sua disposição, revelam a aleatoriedade da vida neste mundo.

A Igreja, resulta de todo um processo de elaboração carinhosamente construído ao longo do devir temporar. A sua fundação remonta ao período quatrocentista de que ainda conserva as linhas estruturais bem como a silharia dos portais e o óculo que encima a composição de traço gótico. O alpendre foi justaposto posteriormente, bem como a Torre e outras dependências anexadas como o baptistério e a sacristia.

A nave, apresenta planta rectangular, coberta por abóbada de berço de três tramos que se apoiam em arcadas cegas. No interior destaca-se o púlpito em mármore, o portal da capela baptismal (setecentista) e os frescos que revestem as paredes internas.

o lugar adquire outra dimensão e significante, com a justaposição de um recinto destinado a festejos tauromáquicos, em que sagrado e profano se confrontam numa atitude de desconcertante apego aos valores herdados; num claro sinal de vitalidade de uma comunidade.

É este vínculo ao lugar, aos referenciais geográficos - a planície, o rio - às referências históricas - o Castelo da Lousa - e simbólico/religiosos - o caminho de peregrinação a esse lugar mágico, porque irreplicável, onde devoção, respeito, coragem e tragédia irrompem com igual fulgor porque fruto de igual crispação; que não podemos...

6. (para) uma luz (ao fundo) do Guadiana ou o sentido de uma nova aldeia

6.1 imaterialidade do lugar

Os lugares têm espírito, valor imaterial, que as coisas físicas necessariamente reflectem

Os ritos e as memórias, os ódios e as cumplicidades, as vizinhanças e as rivalidades determinam imagens e induzem sensações, que caracterizam coisas e lugares.

A solidez dos laços (imateriais) que unem um Homem ao seu lugar é incomparavelmente mais forte de que os que se poderão estabelecer entre esse Homem e um Outro, doutro Lugar.

6.2 unicidade vs. analogia

A terra, o prado, a chuva, o vento e o sol em interacção são inimitáveis, inamovíveis.

Separados e inertes, talvez.

Tal como cada homem, único e irrepetível, cada lugar é único, por muito semelhante(s) que outro(s) pareça(m).

6.3 paisagem (homem e lugar em interacção)

O Homem caracteriza a Paisagem (conjunto de lugares), construindo-a apaixonadamente todos os dias, "grão-a-grão"; nela se reconhecendo e nela se fazendo reconhecer.

Pelo que a ligação que o Homem sente à (sua) Terra - ou a atracção que esta exerce sobre aquele - é um dos sentimentos mais complexos, inexplicáveis e fascinantes que a Humanidade padece.

6.4 o tempo e a aldeia " compretem Terra, que já não se fabrica" M. Twain.

"ser culto é ser do sítio"
Helder Pacheco

As aldeias já não se fabricam. Precisam de tempo.

Imagem e cultura, tal como proporção e escala têm mais do que três dimensões.

Paradoxalmente, neste tempo de todos, é impossível oferecer a um lugar, esse tempo que se não tem

7. enquadramento ecológico-paisagístico

7.1 geomorfologia

A Aldeia, localiza-se à cota média de 140 m e encontra-se *encravada* numa das curvas da margem esquerda do Guadiana, junto a Mourão, do lado de Espanha.

Inclui-se num ondulado colinar homogéneo, que se desenvolve na direcção Nascente Poente, perpendicular ao Rio.

7.2 água

As Ribeiras das Hortas e da Luz, Barranco dos Montes, a Sul e Barranco do Castelo a Norte, definem uma estrutura hidrológica torrencial, grosseiramente rádio concêntrica, relativamente à aldeia, que obviamente (e dada a proximidade) afluem directamente para o Rio.

7.3 solo e sua capacidade

"Os solos, nesta área, são geralmente fracos, com predomínio de litosolos de xisto e solos pardos mediterrânicos de xistos, cuja capacidade de uso os inclui nas classes E e D, com alguma ocorrência de manchas de complexos C + B"

7.4 vegetação

Com especial ênfase paisagístico para o montado associado a Mato, ocorrem ainda Olival, Cereais e Pastagens que prefiguram o macro mosaico (que envolve a Aldeia, sob a forma de fenagiais) se compõe ainda; e para além dos citados; por Hortejos, Pomares sortidos e Vinhas.

7.5 vistas

Panorâmicas soberbas.

Desde quase toda a área se avistam Mourão, Monsaraz, e às vezes Alandroal e a Sena de Ossa.

7.6 homem

Dispersas na envolvência, o Monte do Caneiro, a fonte da Silva, o Castelo da Lousa e o Monte dos Pássaros, o da Juliôa, o da Courela do Cabeço, o da Charneca, o do Pereira e os Montes Altos, testemunham a presença e intervenção do Homem no Território, garantindo a Fronteira.

Fundamental, a trilogia - Igreja de Nossa Senhora da Luz / Cemitério / Touril, sacraliza e referencia o lugar.

8. condicionantes biofísicos e paisagísticos da situação existente

Tendo em conta a suficiência dos elementos fornecidos no processo de Concurso, este tipo de caracterização a figura-se completamente extemporâneo, dada a multiplicidade de estudos disponíveis e a *mediaticidade* do problema.